
Statkraft Comercialização de Energia S.A.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2022
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Statkraft Comercialização de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Statkraft Comercialização de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujas cifras estão apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Statkraft Comercialização de Energia S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Florianópolis, 27 de março de 2023

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'PricewaterhouseCoopers'.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Leandro Sidney Camilo da Costa
Contador CRC 1SP236051/O-7

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.120	1.327	Fornecedores	8	25.035	-
Contas a receber	7	35.296	-	Partes relacionadas	9	2.051	-
Tributos a recuperar		2.766	-	Tributos a recolher		2.847	2
Outros ativos		-	-	Dividendos a pagar	11.c	2.150	5
Total do ativo circulante		<u>51.182</u>	<u>1.327</u>	Imposto de renda e contribuição social		1.823	-
				Outros passivos		<u>335</u>	<u>302</u>
				Total do passivo circulante		<u>34.241</u>	<u>309</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	11.a	10.016	1.000
				Reservas de lucros	11.b	<u>6.925</u>	<u>18</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>16.941</u>	<u>1.018</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>51.182</u>	<u>1.327</u>	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>51.182</u>	<u>1.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
RECEITA LÍQUIDA	12	284.006	-
Custo do fornecimento de energia elétrica	13.a	(271.778)	-
LUCRO BRUTO		12.228	-
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	13.b	(340)	(1)
Outras (despesas) receitas	13.c	1.288	-
		948	(1)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS SOBRE O LUCRO		13.176	(1)
Receitas financeiras		603	32
Despesas financeiras		(102)	(1)
RESULTADO FINANCEIRO	14	501	31
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		13.677	30
Imposto de renda e contribuição social	10	(4.626)	(7)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		9.051	23
Lucro do exercício básico e diluído por ação do capital social - R\$		1,275	0,057

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	9.051	23
Outros componentes do resultado abrangentes	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>9.051</u>	<u>23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
				Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2021 (não auditado)		-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	23	23
Aumento de capital	11.a	1.000	-	-	-	-	1.000
Constituição de reserva legal	11.d	-	-	1	-	(1)	-
Dividendo mínimo obrigatório	11.d	-	-	-	-	(6)	(6)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.c	-	-	-	16	(16)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (não auditado)		<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	<u>16</u>	<u>-</u>	<u>1.017</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.051	9.051
Aumento de capital	11.a	9.016	-	-	-	-	9.016
Constituição de reserva legal	11.d	-	-	453	-	(453)	-
Reversão de dividendos obrigatórios do exercício anterior		-	-	-	6	-	6
Dividendo mínimo obrigatório	11.d	-	-	-	-	(2.150)	(2.150)
Constituição de reserva de retenção de lucros	11.c	-	-	-	6.448	(6.448)	-
Outras movimentações em reservas de lucros		-	-	-	1	-	1
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>10.016</u>	<u>-</u>	<u>454</u>	<u>6.470</u>	<u>-</u>	<u>16.941</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes dos tributos		13.677	30
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:			
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(35.296)	-
Outros ativos		(2.766)	-
Fornecedores		25.035	-
Tributos a recolher		2.845	2
Outros passivos		34	302
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.803)	(7)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>726</u>	<u>327</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		<u>-</u>	<u>-</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Partes relacionadas	9	2.051	-
Aumento de capital recebido	11.a	<u>9.016</u>	<u>1.000</u>
Caixa líquido proveniente nas atividades de financiamentos		<u>11.067</u>	<u>1.000</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>11.793</u>	<u>1.327</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.327	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	13.120	1.327
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>11.793</u>	<u>1.327</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

STATKRAFT COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Statkraft Comercialização de Energia S.A. (“Companhia” ou “SKER Com”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social em Florianópolis, Santa Catarina e que tem por atividade principal a comercialização atacadista de energia elétrica.

A Companhia foi constituída em 4 de maio de 2021 e é subsidiária integral da empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. Atua com foco em gestão de energia para os ativos do portfólio de sua controladora, visando a entrega de energia aos consumidores finais.

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem a necessidade de ajustes adicionais às suas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022 relacionados a “impairment” de ativos ou descontinuidade operacional. A Administração da Companhia tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de suas pessoas e de seus ativos.

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso das aplicações financeiras, é ajustado para refletir o valor justo, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de março de 2023.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. Todas as informações foram apresentadas em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e com risco insignificante de mudança de valor.

3.3. Ativos e passivos financeiros

A Companhia adota os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) para seus ativos e passivos financeiros. A mensuração subsequente de um determinado item depende da classificação do instrumento, que é determinada no reconhecimento inicial e reavaliada anualmente, e considera o modelo de negócio da Companhia para a gestão dos ativos e a análise dos fluxos de caixa contratuais. Os instrumentos consistem em aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, outras contas a pagar.

a) Custo amortizado

Os ativos cujo principal objetivo da Companhia é colher os fluxos de caixa contratuais, os quais representam somente o pagamento de principal e juros, e passivos financeiros que são mensurados pelo custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Atualização monetária, juros e variação cambial, deduzidos de perdas ao valor recuperável (quando aplicável), são reconhecidos no resultado como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos. Os principais instrumentos que a Companhia possui nesta categoria são contas a receber, depósitos e outros créditos, empréstimos e fornecedores.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

b) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

3.3.1. Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

3.3.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os

valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou ainda realizar o ativo e simultaneamente liquidar o passivo.

3.3.3. “Impairment” de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por “impairment” são incorridas somente se há evidência objetiva de “impairment” como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por “impairment” é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por “impairment” é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o “impairment” com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por “impairment” diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o “impairment” ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

3.4. Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

A Companhia não mantém operações com instrumentos financeiros não refletidos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, assim como não realizou operações com derivativos financeiros (contratos de “swap”, troca de moedas ou indexadores, contratos futuros, mercado a termo e de opções, entre outros), neste exercício.

3.5. Contas a receber

O saldo de contas a receber corresponde à venda de energia elétrica contratada até a data das demonstrações financeiras, contabilizado pelos valores faturados, e recebíveis referentes liquidações do Mercado de Curto Prazo - MCP. A provisão para créditos de realização duvidosa é avaliada levando em consideração as perdas esperadas na realização dos créditos. Na data-base das demonstrações financeiras não havia necessidade de provisão constituída em razão da inexistência de expectativa de perda quanto à realização dos referidos créditos.

3.6. Outros ativos circulantes e não circulantes

São apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

3.7. Fornecedores e saldos a pagar de mercado de curto prazo

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Já as contas a pagar apresentadas como passivo não circulante, são as devidas num prazo maior que 12 meses.

3.8. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor pode ser mensurado com segurança. É provável que benefícios futuros fluirão para a Companhia se critérios específicos tiverem sido atendidos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de transação e as especificações das operações de venda de energia.

3.9. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia optou pelo regime de Lucro Real para apuração do imposto de renda e contribuição social incidentes sobre o resultado.

O imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% (acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda se ultrapassado o limite tributável) e de 9% para a contribuição social.

Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

3.10. Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Estas estimativas são mensuradas com base em avaliação e qualificação dos riscos com probabilidade de perda provável. Estas avaliações são suportadas pelo julgamento dos seus assessores jurídicos e da Administração, considerando as jurisprudências e o histórico de eventuais acordos e decisões, bem como outros aspectos aplicáveis.

3.11. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada em assembleia de acionistas, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto pelo estatuto social da Companhia.

3.12. Adoção de pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações novos e/ou revisados

- CPC 26 (R1) (IAS 1) – “Apresentação das Demonstrações Contábeis”: Em janeiro de 2020, as alterações emitidas pelo IASB especificaram os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. Tais especificações determinaram que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- CPC 26 (R1) (IAS 1 e IFRS Practice Statement 2) – “Divulgação de políticas contábeis”: Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - CPC 23 (IAS 8) – “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
 - CPC 32 (IAS 12) – “Tributos sobre o Lucro”: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- A Companhia avalia as alterações que tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

4. POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

As atividades da Companhia expõem a mesma à diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos ao seu

desempenho financeiro.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo Statkraft Brasil, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, bem como pelas políticas de tesouraria da Statkraft Energias Renováveis S.A., acionista responsável pela sua administração. A Tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

a) Risco de mercado

Como toda e qualquer empresa, a execução da atividade e dos negócios podem gerar riscos de mercado que podem afetar significativamente a operação dela.

A Companhia pode ainda estar sujeita a fatos externos que possam gerar algum tipo de risco de mercado. Isso decorre do fato de sua operação estar diretamente vinculada à complexidade de regras emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e à CCEE, bem como outros órgãos reguladores, e mesmo a Companhia atuando com clientes e fornecedores sólidos e com contratos firmes de curto e longo prazos, medidas anunciadas e regulamentações do setor podem afetar direta e indiretamente os negócios a qualquer tempo, dada sua atuação em um mercado regulamentado.

b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente pela Diretoria de Finanças e Risco, que exerce monitoramento periódico e acompanha a performance de todos os contratos de compra e venda de energia elétrica, seguindo política interna específica para aprovação de limites de créditos, recebimento e validação de garantias de clientes (financeiras ou corporativas), além de dar suporte às negociações realizadas pela Companhia na posição de contratos junto à CCEE.

c) Risco de liquidez

Compreende o risco de a Companhia não possuir recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u> (não auditado)
Ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	<u>13.120</u>	<u>1.327</u>
	13.120	1.327
Ativo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Contas a receber	<u>35.296</u>	<u>-</u>

	35.296	-
Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado		
Fornecedores	25.035	-
Partes relacionadas	2.051	-
Dividendos	2.150	5
	<u>29.236</u>	<u>5</u>

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários em conta movimento ou aplicações financeiras de liquidação imediata conforme segue:

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Contas bancárias em moeda funcional	2	2
Aplicações financeiras com liquidez imediata	13.118	1.325
	<u>13.120</u>	<u>1.327</u>

As aplicações financeiras têm rendimento equivalente a 99% da variação do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer momento sem penalizações.

7. CONTAS A RECEBER

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Fornecimento de energia elétrica	6.439	-
Saldo de mercado de curto prazo	24.997	-
Contas a receber com partes relacionadas	3.860	-
	<u>35.296</u>	<u>-</u>

A Companhia avalia a qualidade de crédito de cada um de seus clientes periodicamente. Para os saldos apresentados não existem títulos em atraso, e tampouco riscos para provisão estimada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

8. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 25.035 referente a transações de compra de energia no mercado de curto prazo.

9. PARTES RELACIONADAS

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Ativo circulante		
Contas a receber		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	2.186	-
Santa Fé Energia S.A.	1.674	-
	<u>3.860</u>	<u>-</u>
Passivo circulante		
Partes relacionadas		
Statkraft Energia do Brasil Ltda	1.525	-
Oslo II S.A.	526	-
	<u>2.051</u>	<u>0</u>
Dividendos a pagar		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	2.150	5
Total dividendos a pagar	<u>2.150</u>	<u>5</u>
Total do Passivo	<u>4.201</u>	<u>5</u>

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Receita na comercialização de energia elétrica:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	7.417	-
Santa Fé Energia S.A.	4.967	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	7.001	-
	<u>19.385</u>	<u>-</u>
Custos na comercialização de energia elétrica:		
Statkraft Energias Renováveis S.A.	(6.616)	-
Statkraft Energia do Brasil Ltda.	(25.318)	-
Santa Fé Energia S.A.	(3.447)	-
Oslo II S.A.	(526)	-
	<u>(35.907)</u>	<u>-</u>

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social pode ser assim apresentada:

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
	<u>13.677</u>	<u>30</u>
Lucro real apurado	<u>13.677</u>	<u>30</u>

Alíquota nominal - %	34	34
Imposto de renda e contribuição social corrente às alíquotas da legislação	(4.650)	(10)
Dedução adicional de imposto de renda	24	3
Imposto de renda e contribuição social no exercício	(4.626)	(7)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital é de R\$ 10.016 (R\$ 1.000 em 31 de dezembro de 2021) e está representado por 10.016.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, pertencentes a sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

No decorrer do exercício de 2022 a Companhia recebeu o montante de R\$9.016 em forma de aporte de capital de sua controladora Statkraft Energias Renováveis S.A.

b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(ii) Retenção de lucros

Constitui-se a reserva de lucro o saldo de lucros remanescente não distribuído no exercício em questão, cuja destinação fica a cargo da Assembleia de Acionistas.

c) Dividendos

O lucro líquido de cada exercício social, após as compensações e deduções previstas em lei e consoante previsão estatutária, terá a seguinte destinação:

- 5% para a reserva legal, até atingir 20% do capital social integralizado.
- 25% do saldo, após a apropriação da reserva legal, será destinado para pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas.

O cálculo dos dividendos dos exercícios findos em 31 de dezembro é assim demonstrado:

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Lucro líquido do exercício	9.051	23
Constituição da reserva legal	(453)	(1)
Base de cálculo	8.598	22
Dividendo mínimo estatutário - %	25	25

Dividendos propostos	2.150	5
Dividendos adicionais	-	-
Total de distribuição de dividendos do exercício	2.150	5
Dividendos propostos por ação - em R\$	0,215	0,005

A movimentação do saldo de dividendos no passivo e patrimônio líquido da conta “Dividendos a pagar” pode ser assim demonstrada:

Em 01 de janeiro de 2021 (não auditado)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	5
Em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	5
Reversão de dividendos obrigatórios	(5)
Dividendos mínimos obrigatórios	2.150
Em 31 de dezembro de 2022	2.150

12. RECEITA LÍQUIDA

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Receita bruta da venda de energia elétrica	312.955	-
PIS sobre a venda de energia elétrica	(5.164)	-
COFINS sobre a venda de energia elétrica	(23.785)	-
	284.006	-

13. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

a) Custos

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Compra de energia	(271.720)	-
Encargos setoriais	(58)	-
	(271.778)	-

b) Despesas gerais e administrativas

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Serviços de terceiros	(48)	-
Impostos e taxas	(262)	(1)
Encargos setoriais	(30)	-
	<u>(340)</u>	<u>(1)</u>

c) Outras (despesas) receitas

O saldo de outras receitas em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 1.288 e refere-se à indenização sobre rescisões contratuais decorrentes de transações de energia.

14. RESULTADO FINANCEIRO

	31.12.2022	31.12.2021 (não auditado)
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	597	32
Outras Receitas financeiras	6	-
	<u>603</u>	<u>32</u>
Despesas financeiras:		
IOF, juros e multas sobre tributos	(67)	-
Atualização monetária sobre garantias	(35)	(1)
	<u>(102)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro	<u>501</u>	<u>31</u>

15. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIOS

A Companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada.

Os valores avaliados com risco possível de desembolso, não tem provisão contábil, sendo apenas mencionados em nota explicativa.

A Companhia não identificou perdas com riscos prováveis ou possíveis para fins de provisão ou divulgação no exercício de 2022 e 2021.

16. SEGUROS

a) Seguros de responsabilidade dos administradores (D&O - "Directors and Officers")

A Companhia é segurada na apólice detida pela Statkraft Energias Renováveis S.A.

O seguro possui como cobertura a indenização aos administradores da Companhia sobre perdas judiciais ou que se refiram à títulos mobiliários sob condições específicas discriminadas na

apólice de seguros. Sua vigência compreende o período de 31 de dezembro de 2022 a 31 de dezembro de 2023.
